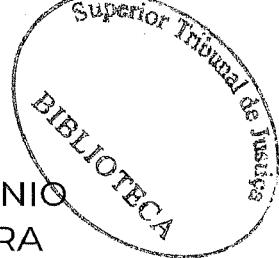


ADALTO DIAS TRISTÃO  
FERNANDO ZARDINI ANTONIO  
GISELE SOUZA DE OLIVEIRA



# SENTENÇA CRIMINAL

8ª Edição

Londrina/PR  
2022



**THOTH**  
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Sentença Criminal - 8ª edição  
/ Autores: Adalto Dias Tristão,  
Fernando Zardini Antonio, Gisele  
Souza de Oliveira. – Londrina, PR:  
Thoth, 2022.

397 p.

Bibliografias: 305-315

ISBN 978-65-5959-374-3

1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal.  
I. Tristão, Adalto Dias. II. Antonio,  
Fernando Zardini. III. Oliveira, Gisele  
Souza de.

CDD 341.5

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Leonice Monteiro Dias Rocha

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago  
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur  
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Penal : 341.5

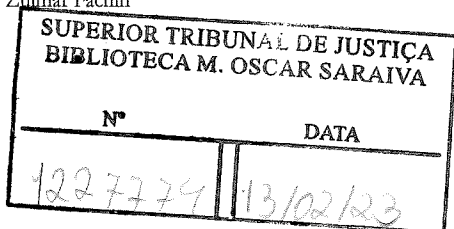
1227774

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp.  
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia  
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham  
Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa  
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •  
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.



## PREFÁCIO À 8ª EDIÇÃO

Fui honrado com o convite para prefaciар o Livro intitulado “Sentença Criminal”, cujos autores, os Desembargadores Adalto Dias Tristão e Fernando Zardini Antônio, e a Juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira, todos do Tribunal de Justiça do Espírito santo, são profissionais com expressiva experiência acadêmica e na magistratura criminal e comprometidos com a efetividade dos direitos e garantias fundamentais na concretização do direito penal, valores estes que lograram inserir na obra jurídica que disponibilizam aos estudiosos e profissionais do direito.

O leitor tem em mãos um livro acessível, desprezioso, escrito por magistrados, para um público de cultores e estudantes do Direito em busca da compreensão científica dos elementos que devem integrar a sentença criminal. Um dos maiores méritos do trabalho é a concisão com que ele dá vida à abordagem dos principais conteúdos processuais e constitucionais que norteiam a elaboração de uma sentença, sem olvidar da relevância dos elementos essenciais que devem integrá-la: relatório, fundamentação e dispositivo, os últimos dois, caracterizados por uma enorme gama de profundos conteúdos doutrinários e jurisprudenciais que diuturnamente apresentam-se a desafiar a argúcia dos profissionais do direito, em particular dos magistrados.

Esses elementos essenciais são apresentados no livro, não como meras exigências formais, mas como conteúdos que externam a responsabilidade e a sensibilidade do magistrado ao construir o ato culminante do processo, cõscio de que aqueles elementos visam a garantir o cumprimento de mandamentos constitucionais derivados de princípios como a individualização da pena (CF, art. 5º, XLVI), o devido processo legal (art. 5º, LIV), o contraditório e ampla defesa (CR, art. 5º, LV), e a presunção de inocência (CF, art. 5º, LVII). Os autores não olvidaram de abordar, ainda, as questões que mais geram dúvidas e proporcionam reiterados recursos às instâncias superiores do Poder Judiciário, resultando em constantes reformas ou declarações de nulidades, com destaque para o esmero em relação aos detalhes aplicáveis à dosimetria da pena.

Sem pretender, à guisa de prefácio, avançar rumo a uma exposição paralela àquela apresentada pelos autores ou mesmo construir comentários próprios, a longa experiência no Ministério Público e no Superior Tribunal de Justiça permitem afirmar que os temas relacionados com equívocos na fundamentação, especialmente na fixação da dosimetria da pena, estão dentre aqueles não só mais questionados nos tribunais de 2ª Instância, mas também nos tribunais superiores, apresentando-se como causas geradoras de inúmeras e reiteradas decisões que reconhecem a nulidade ou propiciam a reforma de sentenças e acórdãos, pois apesar do reconhecimento de que “a dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial”, não se olvida que “cabe às Cortes Superiores, em grau recursal, o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, bem como a correção de eventuais discrepâncias, se gritantes ou arbitrárias” (STF, HC nº 122.184/PE).

Nesse contexto, permito-me enfatizar a relevância da obra e parabenizar os seus autores, recomendando-a aos cultores do Direito, especialmente àqueles que atuam como magistrados, professores, advogados, membros do Ministério Público e estudantes, pois a leitura permitirá uma visão científica e esclarecedora acerca da interpretação doutrinária e jurisprudencial, atualizada, de temas polêmicos e de alta indagação, como aqueles relacionados com a análise das circunstâncias que envolvem a aplicação da pena em todas as suas fases.

**ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Professor da Pós-  
Graduação da UniNove

## NOTA À 8ª EDIÇÃO

A ciência processual penal tem sido impactada constantemente por importantes alterações legislativas e por releituras realizadas pelos Tribunais Superiores com o intuito de torná-la cada vez mais alinhada ao modelo constitucional de processo, preconizado na Carta de 1988 e legislação posterior, o que ensejou a necessidade de reformular, atualizar e ampliar o Livro “Sentença Criminal”, de forma a adequá-lo aos avanços introduzidos pelas reformas infraconstitucionais no vetusto Código de Processo Penal de 1941 e também na legislação extravagante, especialmente pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime.

Além do autor da obra original, Desembargador Adalto Dias Tristão, a essa tarefa de atualização, revisão e ampliação, incorporaram-se outros dois Magistrados criminais, o Desembargador Fernando Zardini Antonio e a Juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira, dando ensejo a que a 8ª edição seja produto da visão coletiva dos autores, enriquecendo as abordagens.

A presente obra realiza uma abordagem teórica e prática de todos os aspectos que permeiam o ato culminante do processo penal, que é a sentença criminal, com ênfase para o processo de dosimetria das penas, sempre apontando a posição mais atualizada dos Tribunais Superiores e as orientações técnicas do Conselho Nacional de Justiça.

Pretende-se que essa obra possa servir de auxílio tanto a Magistrados e a Advogados que atuam na jurisdição criminal, quanto a estudantes que almejam aprovação em concurso da Magistratura.